

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 82

da Procuradoria Jurídica. Inicialmente, o Senhor  
Presidente proferiu uma breve retomada da legislação que  
instituiu a concessão do adicional por Especialização (Lei  
nº 8.243, de 14.10.1966 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
nº 2.429, de 19.12.1966 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
14/77 do Conselho Federal de Educação que são mencionadas  
na Portaria Ministerial supracitada. Em seguida, voltou  
a Senhora Secretária que procedeu a leitura das  
conclusões da Comissão nomeada pela Portaria nº  
811/89-UFPel, incumbida de analisar o assunto e do parecer  
elaborado pela

**ATA Nº 04/92**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de mil  
novecentos e noventa e dois, com início às oito horas e  
trinta minutos, no Gabinete da Vice-Reitoria, realizou-se  
uma reunião ordinária do Conselho Coordenador do Ensino,  
da Pesquisa e da Extensão - COCEPE, da Universidade  
Federal de Pelotas, a qual, previamente convocada e  
presidida pelo Senhor Vice-Reitor, Professor Luiz Henrique  
Schuch, seu Presidente, contou com a participação dos  
seguintes conselheiros: Professores Luis Antonio Veríssimo  
Corrêa, em substituição à Pró-Reitora de Graduação e  
Assistência; Flávio Luis da Cunha Gastal, em substituição  
ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Aldyr Garcia  
Schlee, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; Céres Maria  
Torres Bonatto, Representante do Conselho Universitário;  
Elizabeth de Souza Rodrigues Póvoa, suplente do  
Representante da área de Ciências Agrárias; Paulo Domingos  
Miéres Caruso, Representante da área de Ciências Exatas e  
Tecnologia; Tânia Maria Pereira Isolan, Representante da  
área de Ciências da Saúde e Biológicas; José Rubens  
Silveira Acevedo, Representante da área de Ciências  
Humanas e Eracy Lafuente Pereira, Representante discente.  
Não compareceram as Conselheiras Maria de Lourdes Valente  
Reyes e Lusiane Luz de Lima. Verificado haver número legal  
de Conselheiros presentes, o Senhor Presidente deu por  
aberta a sessão passando, de imediato, ao exame da pauta.  
**Item 1. Apreciação da Ata 02/92.** Colocado o documento em  
discussão e após em votação, o mesmo veio a ser aprovado  
sem emendas. **Item 2. Correspondência recebida.** O Senhor  
Presidente trouxe ao conhecimento do COCEPE, um conjunto  
de documentos contendo as justificativas e a relação  
nominal dos professores que usufruíram férias nos meses de  
janeiro e fevereiro em cada Unidade, colocando-os à  
disposição dos Conselheiros que desejassem consultá-los.  
Em sua explanação, o Senhor Presidente salientou que esse  
material deverá servir de suporte para a análise de  
pedidos encaminhados pelas várias Unidades relativamente a  
pessoal docente, uma vez que a situação quanto aos  
encargos e possibilidade de acúmulo de novas atividades se  
configura bem diferente da apontada em processos  
específicos dirigidos ao COCEPE. **Item 3. Processo nº  
23110.000146/92-50** - Recomendações referente ao  
reconhecimento de Certificados de Especialização - Parecer

08



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 02

da Procuradoria Jurídica. Inicialmente, o Senhor Presidente procedeu uma breve retomada da legislação que instituiu a concessão do adicional por Especialização (Lei nº 8.243, de 14.10.91), bem como da Portaria Ministerial nº 2.129, de 12.11.91 que regulamentou o assunto. O Professor Schuch também reportou-se às Resoluções 12/83 e 14/77 do Conselho Federal de Educação que são mencionadas na Portaria Ministerial supracitada. Em seguida, solicitou à Senhora Secretária que procedesse a leitura das conclusões da Comissão nomeada pela Portaria nº 811/91-UFPEI, incumbida de analisar o assunto e do parecer exarado pela Procuradoria Jurídica acerca de questionamentos levantados pelo COCEPE quanto à posição da Comissão, cujo teor consta do que segue: "Passo a responder Consulta formulada pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (C.P.P.D.), na pessoa de seu presidente, prof. Edson Tadeu Holthausen, a qual se destina à obtenção de informações acerca da forma e dos critérios aplicáveis para a concessão de incentivo funcional àqueles que realizaram Curso de Especialização anteriormente à vigência da Resolução nº 12/83, do Conselho Federal de Educação. A preocupação existente deriva do fato de que a Portaria Ministerial nº 2.129, de 12 de novembro de 1991, identifica a regra norteadora do reconhecimento dos referidos Cursos como sendo a Resolução nº 12/83, cit., com vistas à vantagem concebida na Lei nº 8.243, de 14 de outubro de 1991. Assim, na medida em que grande leva de docentes obtiveram o título de especialista em data anterior à edição da mencionada Resolução, a dúvida assaltou a C.P.P.D., pois a legislação a identifica como sendo o disciplinamento específico para a caracterização do que se pode ter como Especialização, ou, ao menos, equivalente a tal. Tais circunstâncias legais, acarretadas que foram pela alterabilidade inerente ao trato dispensado aos que realizavam os cursos em tempos diferentes, não podem - parece-me - modificar o teor dos diplomas obtidos, pela desconsideração dos títulos que concederam. Com efeito, o fato de a última norma pertinente não possuir, exatamente, os mesmos requisitos que as demais que lhe são anteriores logravam ter, não quer significar que aquelas tenham sido imperfeitas. É claro que não... Não foram tornadas sem efeito, por vício, mas foram - como se conclui - revogadas, em razão de não mais serem convenientes. Ora, isso - por si só - gera direito adquirido a todos os que, um dia, foram considerados especialistas de, a qualquer tempo, fazerem valer tal titulação, para qualquer finalidade e para qualquer efeito que se fizerem necessários. Se a lei nova traz consigo novos critérios não fulmina, por isso só, o que foi conseguido à custa dos regramentos pretéritos, pois somente não há direito adquirido face a atos jurídicos imperfeitos. É o caso. Os requerentes do incentivo funcional de 12% têm a proteção constitucional do art. 5º, XXXVI, da atual Lei Suprema. O fato de a Portaria Ministerial fazer menção apenas à Resolução nº 12/83 não quer dizer que os que obtiveram o título por força de



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 03

109. outro diploma não possam dele, hoje, fazer uso. Entendo  
110. que a remissão à Resolução nº 12/83, do C.F.E., foi  
111. realizada apenas porque essa é a norma que se encontra em  
112. vigência atualmente, sem que tenham as demais perdido os  
113. efeitos que produziram quando vigoravam. Assim, como  
114. entendimento genérico, tenho que todos aqueles que têm o  
115. título de "especialista" podem dele fazer uso para os  
116. efeitos da Portaria nº 2.129, independentemente de como o  
117. obtiveram, desde - é claro - que o tenham adquirido à luz  
118. da legislação vigente à época. A Comissão Permanente de  
119. Pessoal Docente é suficientemente autônoma para, nos casos  
120. de lacunas da lei, definir os critérios de equivalência de  
121. cursos, levando-se em conta o fato de que alguns desses  
122. mesmos cursos, malgrado restar na cártula do Diploma ou  
123. Certificado que concedem o título de "especialista", não  
124. se constituíram, propriamente, naqueles cursos de  
125. pós-graduação em comento. Há, portanto, que diferenciar se  
126. o interessado foi "aluno" ou mero "participante", posto  
127. que é sabido que, por vezes, existe confusão conceitual  
128. entre "Especialização" e "Aperfeiçoamento". Por força  
129. disso, não há como obter-se o título de "especialista" em  
130. razão de ter participado de algum evento da área  
131. profissional, como Congressos, Seminários ou até mesmo  
132. Cursos de curta duração. Julgo que a melhor forma de  
133. balizar os limites conceituais é a análise da evolução  
134. legislativa acontecida. De fato, a Lei nº 6.182/74, a  
135. Resolução nº 14/77, a Resolução nº 12/83, a Lei nº  
136. 8.243/91 e a Portaria Ministerial nº 2.169/91 parecem  
137. falar da mesma "Especialização", i.e., do mesmo tipo  
138. estrutural de curso. Se, porventura, o Colegiado Superior  
139. aperceber-se de que determinado tipo de "Especialização"  
140. assemelha-se apenas terminologicamente ao curso  
141. propriamente dito, afastando-se, por conseguinte, em muito  
142. da sua essência, deverá denegar o pedido de incentivo  
143. funcional, com base no argumento de que o diploma  
144. concedido não traduz a verdade do que, em determinado  
145. momento legal, se concebia e identificava por  
146. "especialização" em sentido estrito, que é o que definem  
147. aqueles imperativos seqüenciais. Relativamente à  
148. equivalência entre a "Especialização" de que estou  
149. tratando e a "Residência Médica", sou sabedor de que o  
150. Magnífico Reitor, na semana antecedente a essa, encaminhou  
151. ao Departamento de Recursos Humanos do Ministério da  
152. Educação, consulta específica em relação ao que não houve,  
153. ainda, atendimento de parte do setor competente daquela  
154. Pasta. Face a tal circunstância, sou pelo aguardo da  
155. referida resposta ministerial, antes da emissão de  
156. qualquer manifestação de minha parte. À exceção desse  
157. item, sou de entendimento de que todos os outros  
158. constantes da peça inaugural do expediente devem ser  
159. encaminhados consoante as indicações formuladas pela douta  
160. C.P.P.D., quer porque são já fruto de minucioso estudo lá  
161. travado, quer porque se constituem em razoáveis e  
162. judiciosas conclusões. A única dúvida que parece ter tido  
163. a Comissão, e em relação a qual não ofereceu solução, diz  
164. respeito às "Especializações" concedidas por órgãos de



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 04

155. classe. Tenho que dito questionamento já foi por mim  
156. enfrentado quando alertei para o problema da similitude  
157. terminológica e do distanciamento estrutural. Não devem,  
158. pois, merecer a tutela da Portaria recente aqueles cursos  
159. que não correspondem às "Especializações" preconizadas nas  
160. regras a que aludi, cada uma - como se viu - a seu tempo,  
161. e em vínculo com a regra vigente à época. Caso  
162. contrário, é de se denegar. É o Parecer, s.m.j.  
163. Procuradoria, 03 de fevereiro de 1992. Prof. Pedro Moacyr  
164. Pérez da Silveira - Procurador Geral." Concluída a leitura  
165. do documento, fez uso da palavra o Professor Schlee,  
166. lamentando o fato de que se tenha de trabalhar com um  
167. conceito tão restrito de Especialização, chegando-se ao  
168. cúmulo de, em algumas Universidades, haver excelentes  
169. músicos, autores e artistas que têm suas obras utilizadas  
170. em Mestrados e Cursos de Pós-Graduação não sendo  
171. considerados Especialistas. A seu ver - disse o Professor  
172. Schlee, o governo ao editar essa Portaria Ministerial,  
173. perdeu uma grande oportunidade de defender um conceito  
174. mais amplo de Especialização que garantisse à Universidade  
175. a possibilidade de estimular um considerável número de  
176. Especialistas, à exemplo do que ocorre em Universidades  
177. ditas do primeiro mundo. Em seguida, manifestou-se o  
178. Senhor Presidente dizendo que o sentido da legislação  
179. recentemente emanada pelo MEC era bastante restritivo não  
180. havendo, a seu ver, qualquer possibilidade de ampliar o  
181. entendimento. Disse, ainda, que o assunto era também  
182. motivo de preocupação tanto de parte do movimento docente  
183. quanto do Ministério da Educação que, como resultado da  
184. situação verificada à época da vigência da Lei 6.182/74  
185. quando eram aceitos como Especialização uma gama muito  
186. grande de Certificados, viam como um risco muito grande a  
187. concessão do adicional por Especialização, que poderia  
188. resultar em uma situação semelhante à daquele período.  
189. Além disso, disse o Senhor Presidente, este era um assunto  
190. alvo de denúncias por parte de auditorias em várias  
191. Universidades e, por esta razão, a par de questões legais  
192. e de um provável patamar de injustiças, deverá ser  
193. encarado com a maior seriedade pelo COCEPE. Considerando o  
194. exposto - disse o Senhor Presidente, e principalmente o  
195. fato de que a Lei 6.182/74 que implementou o Incentivo IV  
196. - Especialização não era aplicável às fundações e não  
197. caracterizava o quê era efetivamente um Especialista,  
198. proponho que o debate seja iniciado a partir da seguinte  
199. premissa: os títulos de Especialista obtidos após 1983  
200. devem obedecer a Resolução 12/83 do C.F.E. e os títulos  
201. obtidos anteriormente a 1983 seriam aceitos como  
202. enquadrados na legislação atual desde que obedecessem à  
203. Resolução 14/77 do C.F.E. que estabelece a carga horária  
204. mínima de 360 horas para Especialização, além de outros  
205. requisitos. À respeito, interveio a Professora Elizabeth  
206. dizendo que possuía um certificado de Especialista obtido  
207. em um Curso realizado antes de 1977 cuja carga horária era  
208. inferior à definida pela Resolução 14/77 do CFE, situação  
209. em que também se enquadrava a Professora Céres. Segundo as  
210. Professoras, esses títulos não poderiam ser

*ex*



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 05

211. desconsiderados neste momento. Contrapondo-se a essa  
212. colocação o Professor Schuch disse que, no seu  
213. entendimento, os títulos de Especialista concedidos antes  
214. de regulamentação pelo Conselho Federal de Educação não  
215. são alcançados pelo atual Incentivo de Especialização a  
216. que se refere a Portaria Ministerial nº 2123/92.  
217. Relativamente à Residência Médica, o Senhor Presidente  
218. propôs que ficasse em suspenso qualquer deliberação até  
219. que a Universidade receba resposta à consulta dirigida ao  
220. DRH do Ministério da Educação. Consultado sobre a posição  
221. adotada por outras Universidades, o Senhor Presidente  
222. disse que em Rio Grande o entendimento para definir  
223. Especialista foi o mais amplo possível; em São Carlos só  
224. foram aceitos os títulos que observassem rigorosamente a  
225. Resolução 12/83 do CFE; em Curitiba foram aceitos os  
226. títulos que, obtidos após 1983, atendessem a Resolução  
227. 12/83 e anteriores a essa data desde que de acordo com a  
228. Resolução 14/77 e desde que destinados à formação  
229. acadêmica; em Brasília e Goiás, foram aceitos cursos que  
230. atendessem à Resolução 14/77 e 12/83, respectivamente, e  
231. oferecido complementação pedagógica quando necessário.  
232. Prosseguindo a discussão, várias colocações emergiram com  
233. destaque para o Professor Veríssimo que disse entender ser  
234. a atual legislação bastante restritiva não havendo como  
235. estender o adicional àqueles que não cumprissem  
236. integralmente às suas exigências, e para os Professores  
237. Caruso e Elizabeth que davam conta de seu entendimento de  
238. que os Certificados de Especialista obtidos antes de 1977  
239. deveriam ser analisados caso a caso, cuidadosamente, tendo  
240. em vista a questão de direito adquirido de parte daqueles  
241. professores que um dia tiveram esses títulos aceitos pela  
242. Universidade. É absolutamente inadmissível - disse o  
243. Professor Caruso, que alguém, em um determinado momento,  
244. tenha um título reconhecido pela Instituição onde trabalha  
245. e num outro momento este título seja ignorado e  
246. desconsiderado por legislação posterior. É uma questão que  
247. precisa ser vista com cuidado. Por sua vez, a Professora  
248. Céres disse que após refletir bastante, tendia a  
249. encaminhar-se pela proposta do Professor Schuch segundo a  
250. qual os docentes que possuem títulos de Especialista  
251. obtidos em Cursos realizados antes de 1977, quando não  
252. havia normatização, são considerados como tal, mas não  
253. recebem o Incentivo, isto porquê a proposta do MEC parte  
254. de uma compreensão de Especialista - qualidade,  
255. absolutamente diferente daquela que se tinha até então.  
256. Intervindo novamente, o Senhor Presidente procurou  
257. sintetizar a posição do COCEPE que se encaminhava da  
258. seguinte forma: a) Cursos realizados após a edição da  
259. Resolução 12/83 do CFE, deverão observar as diretrizes  
260. desse documento. Havendo necessidade de complementação  
261. pedagógica, a mesma poderá ser oferecida pela própria  
262. UFPel através de Curso específico a ser ministrado pela  
263. Faculdade de Educação; b) os títulos de Especialista  
264. obtidos por cursos realizados antes da edição da Resolução  
265. 12/83 do CFE e posterior à Resolução 14/77, deverão  
266. observar os requisitos constantes desse último documento



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 06

do mesmo Conselho. Com relação aos títulos obtidos antes de 1977, como não houvesse consenso, o Senhor Presidente colocou em votação as seguintes proposições: 1. Para efeito da concessão do adicional por Especialização, os títulos obtidos antes de 1977 deverão observar as normas constantes da Resolução 14/77 do CFE; 2. Para efeito da concessão do adicional por Especialização, não se pode exigir o cumprimento da Resolução 14/77 do CFE para cursos realizados antes de 1977, devendo ser procedida análise caso a caso para identificação de quem era realmente Especialista, segundo critérios a serem definidos pela CPPD e COCEPE. Colocadas as propostas em votação, verificou-se 4 (quatro) votos para a proposta 1 e 4 (quatro) votos para a proposta 2. Ocorreram 2 (duas) abstenções. Considerando o resultado da votação, o Professor Schuch propôs nova rodada de discussões e que nova votação fosse realizada após o exame dos Processos relacionados na pauta relativamente a matéria. À essa proposição contrapôs-se o Professor Veríssimo salientando a conveniência de o COCEPE analisar e decidir sobre uma situação de caráter geral e não sobre casos específicos. Acatando a argumentação o Senhor Presidente propôs, então, um novo período de discussões ao final do qual seria procedida nova votação salientando ainda que, em persistindo as duas abstenções, daria o seu voto de qualidade. Em seguida, manifestou-se a Professora Elizabeth dizendo entender claramente ser a legislação bastante restritiva. Todavia - concluiu, no momento em que o COCEPE estava abrindo um precedente para cursos realizados após 1983, oportunizando a complementação pedagógica quando necessária, era perfeitamente viável que também fosse ampliado o entendimento quanto ao reconhecimento de títulos obtidos anteriormente a 1977 e que não estavam exatamente de acordo com a Resolução 14/77 do CFE, pelo simples fato de que essa normatização ainda não havia sido editada. Interveio, a seguir, o Professor Veríssimo dizendo entender como algo muito difícil passarmos a ser árbitros da situação, quando a legislação é perfeitamente clara quando define o que é Especialista para fins acadêmicos. Por sua vez, o Professor Schuch chamou a atenção para a seriedade que se há de ter ao lidar com dinheiro público e que a responsabilidade maior recairá sobre o dirigente da Instituição que é o ordenador de despesa, tendo de prestar contas de seus atos às auditorias que periodicamente inspecionam as contas da Universidade. Continuando o debate, interveio o Professor Caruso dizendo entender como totalmente procedente a preocupação do Senhor Presidente com a questão da seriedade da utilização do dinheiro público e dos documentos a serem assinados pelo Reitor. Todavia, disse que, a seu ver, a legislação não era absolutamente clara e que a preocupação do COCEPE deveria ser em cometer o menor número de injustiças possível. Por sua vez, o Conselheiro Eracy disse entender ser a legislação bastante explícita em seus objetivos e na conceituação de Especialista não havendo como "alargar" a interpretação, o que em sendo

ef



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 07

323. feito, denotaria claramente a intenção de preservar-se um  
324. sistema arcaico e corporativista dentro da UFPel, que é  
325. também visto em toda a universidade brasileira. Disse,  
326. ainda, o Conselheiro que em sua experiência como aluno em  
327. sala de aula tem podido comprovar que não é um título  
328. acadêmico, seja ele qual for, que melhora o desempenho e a  
329. dedicação de um professor junto aos alunos. Esses títulos  
330. contribuem apenas para a melhoria salarial dos professores  
331. - continuou. Concluindo, o Conselheiro disse que após  
332. todas as considerações que ouvira já tinha condições de  
333. abrir mão de sua abstenção, votando pela proposta 1. Ainda  
334. sobre o assunto, interveio a Professora Céres dizendo que  
335. se incluía entre aqueles professores que haviam realizado  
336. Pós-Graduação, a nível de Especialização, antes de 1977  
337. sendo possuidora de um Certificado de Especialista com  
338. carga horária inferior à exigida na Resolução 14/77.  
339. Disse, também, que apesar disso não tinha dúvidas em  
340. posicionar-se a favor da proposta 1, uma vez que o quê se  
341. buscava era uma conceituação de Especialista baseada em  
342. princípios definidos de qualificação acadêmica. Outras  
343. considerações se seguiram e ao final o Professor Schuch  
344. colocou novamente em votação as duas propostas, a saber:  
345. 1. Para efeito da concessão do adicional por  
346. Especialização, os títulos obtidos antes de 1977 deverão  
347. observar as normas constantes da Resolução 14/77 do CFE;  
348. 2. Para efeito da concessão do adicional por  
349. Especialização, não se pode exigir o cumprimento da  
350. Resolução 14/77 do CFE para cursos realizados antes de  
351. 1977, devendo ser procedida análise caso a caso para  
352. identificação de quem era Especialista, segundo critérios  
353. a serem definidos pela CPPD e COCEPE. Procedida a votação,  
354. verificou-se 5 (cinco) votos para a proposta 1 e 4  
355. (quatro) votos para a proposta 2. Verificou-se 2 (duas)  
356. abstenções. Como resultado final das discussões, o COCEPE  
357. deliberou o que segue com relação aos títulos de  
358. Especialista: a) Os títulos de Especialista obtidos por  
359. Cursos realizados após a edição da Resolução 12/83 do CFE,  
360. deverão observar as diretrizes constantes desse documento.  
361. Havendo necessidade de complementação pedagógica, a mesma  
362. poderá ser oferecida pela própria UFPel através de curso  
363. específico a ser ministrado pela Faculdade de Educação; b)  
364. Os títulos de Especialista obtidos por cursos realizados  
365. antes da edição da Resolução 12/83 do C.F.E., deverão  
366. observar os requisitos constantes da Resolução 14/77 do  
367. mesmo Conselho; c) Os títulos de Especialista obtidos no  
368. exterior deverão cumprir a tramitação prevista na  
369. Resolução 02/86 do COCEPE, além de equivalência às  
370. exigências das letras "a" e "b". Permanece pendente a  
371. questão da Residência Médica e dos títulos de Especialista  
372. concedidos por órgãos de classe, aguardando resposta da  
373. consulta dirigida ao MEC. **Item 4. Processo nº**  
374. **23110.000384/92-38** - Professor Claudiomar Soares Brod -  
375. Faculdade de Veterinária - Solicita reavaliação do  
376. Processo nº 23110.003316/91-11, referente ao Incentivo de  
377. Especialização. Ao relatar o Processo, o Professor Schuch  
378. explicou que o professor havia concluído os créditos de

ex



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 08

379. Mestrado na Universidade do Chile sem, contudo, haver  
380. defendido a tese. Disse, ainda, que há alguns Cursos de  
381. Mestrado ou Doutorado que têm por norma regimental  
382. conceder o título de Especialista à alunos que concluíram  
383. os créditos sem, no entanto, haver defendido a tese, o que  
384. estava amparado por Resolução do C.F.E.. Tal situação,  
385. acontecia em alguns cursos da própria UFPel - concluiu,  
386. dependendo de seu Regimento Interno. Sobre o Processo, o  
387. COCEPE, após analisar e discutir sobre a argumentação do  
388. interessado, deliberou pelo seu encaminhamento ao  
389. peticionário para que, nos termos do art. 6º da Resolução  
390. 14/77 do C.F.E., apresente comprovação de obtenção do  
391. título de Especialista pela Universidade do Chile. **Item 5.**  
392. **Processos oriundos da CPPD,** relatados pelo Senhor  
393. Presidente. Processos nºs 23110.000519/92-65 da Professora  
394. Leda Balzano Maulaz, do Instituto de Biologia solicitando  
395. progressão para a classe de Professor Assistente e  
396. concessão do respectivo adicional, a partir de 05.02.92,  
397. tendo em vista ser portadora da titulação de Mestre;  
398. 23110.000265/92-49 de Vitor Emanuel Quevedo Tavares, da  
399. Faculdade de Agronomia, solicitando progressão para a  
400. classe de Professor Assistente e concessão do respectivo  
401. adicional, a partir de 23.01.92, tendo em vista obtenção  
402. da titulação de Mestre. Analisados os Processos, o COCEPE  
403. homologou o parecer da CPPD, favorável às progressões na  
404. forma solicitada. Com relação a progressão funcional,  
405. foram também apreciados os seguintes Processos  
406. "extra-pauta": 23110.000121/92-29 de Antonio Fernando  
407. Fernandes, do CAVG solicitando progressão da classe D-4  
408. para E-1, a partir de 01.01.92; 23110.000275/92-01 de  
409. Clóvis Alves de Farias, do CAVG solicitando progressão da  
410. classe D-4 para E-1, a partir de 01.01.92;  
411. 23110.000323/90-81 de Nilton Vieira dos Santos da  
412. Faculdade de Odontologia, solicitando progressão de  
413. Assistente-4 para Adjunto-1 por conclusão de interstício,  
414. a partir de 01.01.90, apresentando justificativa pela não  
415. obtenção da titulação de Mestre; 23110.000379/92-06 de  
416. Regina Maria Giusti Moreira, do CAVG solicitando  
417. progressão da classe D-4 para E-1, a partir de 01.03.92;  
418. 23110.000120/92-66 de Valter Magnani, do CAVG solicitando  
419. progressão da classe D-4 para E-1, a partir de 01.01.92 e  
420. 23110.000093/92-95 de Lindomar Pretz Schneider, do CAVG  
421. solicitando progressão da classe D-4 para E-1, a partir de  
422. 01.01.92. Com relação aos Processos acima, o COCEPE  
423. homologou o parecer exarado pela CPPD favorável às  
424. progressões requeridas. Com relação à concessão do  
425. adicional por Especialização foram apreciados os seguintes  
426. Processos, todos de acordo com os termos da Resolução  
427. 12/83 do C.F.E.: 23110.000427/92-49 de Maria Leda Verneti  
428. dos Santos; 23110.000505/92-51 de Flávio Sica Gastaud;  
429. 23110.002982/91-70 de Fúlvia Melina Duarte da Silveira;  
430. 23110.003427/91-74 de Affonso Celso da Costa Junior;  
431. 23110.003503/91-51 de Lígia Maria Ávila Chiarelli;  
432. 23110.003499/91-85 de Luis Antonio da Cunha Farias, 23110.  
433. 003444/91-93 de Renato Oswaldo Fleischmann;  
434. 23110.003410/91-71 de Rosa Eliana de Figueiredo;



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 09

435. 23110.003591/91-18 de Auzendia Pereira Moraes;  
436. 23110.003535/91-47 de Lúcia Maria Vaz Peres;  
437. 23110.002685/91-24 de Maristela Salvatori. Quanto a estes  
438. Processos, o COCEPE homologou o parecer emitido pela CPPD,  
439. favorável à concessão do adicional de Especialização.  
440. Foram, ainda, apreciados os seguintes Processos  
441. "extra-pauta": 23110.003684/91-05 de Roberto Mario Scalón,  
442. da Escola Superior de Educação Física, solicitando  
443. adicional por Especialização. Quanto a este Processo, o  
444. COCEPE deliberou pelo seu retorno ao interessado para que  
445. comprove se o Curso atende aos requisitos da Resolução  
446. 14/77 ou 12/83 do C.F.E.; 23110.003378/91-61 de Antonio  
447. Henrique Chavarria Nogueira, da Faculdade de Arquitetura e  
448. Urbanismo, solicitando concessão de adicional por  
449. Especialização. Quanto a este Processo, o COCEPE deliberou  
450. pelo seu encaminhamento ao requerente para juntada de  
451. comprovante da obtenção do título de Especialista,  
452. expedido em conformidade com as normas da Resolução 14/77  
453. do C.F.E.; 23110.003338/91-46 de Delfino Carlos Plá,  
454. solicitando concessão de adicional por Especialização. Com  
455. relação a este Processo, o COCEPE deliberou pelo seu  
456. retorno ao interessado para anexação de comprovante de  
457. Especialização, expedido em conformidade com as normas da  
458. Resolução 14/77 do C.F.E.; 23110.000417/92-95 de Ricardo  
459. Halpern, da Faculdade de Medicina, solicitando progressão  
460. para a classe de Professor Assistente e concessão do  
461. adicional correspondente, a partir de 27.02.92, tendo em  
462. vista obtenção da titulação de Mestre, em curso realizado  
463. no exterior. O COCEPE deliberou pelo reconhecimento do  
464. título obtido pelo professor e conseqüente progressão para  
465. o nível 1 da classe de Professor Assistente, acrescido do  
466. adicional correspondente, na forma requerida;  
467. 23110.000425/92-13 de Silvio Brauch, do Instituto de  
468. Física e Matemática solicitando pagamento de remuneração a  
469. nível de Professor Assistente, acrescido do adicional  
470. correspondente, a partir de 05.02.92 por ser portador da  
471. titulação de Mestre. Ao relatar este Processo, o Senhor  
472. Presidente explicou não se tratar de matéria própria do  
473. COCEPE, visto o requerente encontrar-se na condição de  
474. Professor Substituto face recente aposentadoria. Apreciado  
475. o Processo, o COCEPE deliberou favoravelmente ao pagamento  
476. da remuneração do professor, a nível de Professor  
477. Assistente, na forma do parecer da CPPD. Quanto ao  
478. adicional pela titulação de Mestre, deverá ser verificada  
479. a existência de amparo legal para a concessão. Concluído o  
480. relato desses Processos, o Senhor Presidente propôs, face  
481. o adiantado da hora e a extensa pauta a ser cumprida,  
482. fosse a sessão interrompida tendo prosseguimento na parte  
483. da tarde, no horário das quatorze horas e trinta minutos.  
484. Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de mil,  
485. novecentos e noventa e dois, com início às quatorze horas  
486. e trinta minutos, no Gabinete da Vice-Reitoria, foi dado o  
487. desdobramento da reunião do Conselho Coordenador do  
488. Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE iniciada no  
489. turno da manhã, a qual previamente convocada e presidida  
490. pelo Professor Luiz Henrique Schuch, Vice-Reitor da UFPel,

ef



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 10

431. seu Presidente, contou com a presença dos seguintes  
432. conselheiros: Professores Luis Antonio Veríssimo Corrêa,  
433. em substituição à Pró-Reitora de Graduação e Assistência;  
434. Flávio Luis da Cunha Gastal, em substituição ao Pró-Reitor  
435. de Pesquisa e Pós-Graduação; Aldyr Garcia Schlee,  
436. Pró-Reitor de Extensão e Cultura; Céres Maria Torres  
437. Bonatto, Representante do Conselho Universitário;  
438. Elizabeth de Souza Rodrigues Póvoa, suplente do  
439. Representante da área de Ciências Agrárias; Paulo Domingos  
440. Miéres Caruso, Representante da área de Ciências Exatas e  
441. Tecnologia; Tânia Maria Pereira Isolani, Representante da  
442. área de Ciências da Saúde e Biológicas; José Rubens  
443. Silveira Acevedo, Representante da área de Ciências  
444. Humanas. Não compareceram os Conselheiros Maria de Lourdes  
445. Valente Reyes, Eracy Lafuente Pereira e Lusiane Luz de  
446. Lima. Constatada a existência de quorum legal, o Senhor  
447. Presidente deu por reaberta a sessão passando, de  
448. imediato, ao exame da pauta. **Item 6. Processos relatados**  
449. **pela Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação**, tendo como  
450. relator o Professor Gastal. Processo nº 23110.000123/92-54  
451. do Professor Althen Teixeira Filho solicitando afastamento  
452. no período de 13.03.92 à 17.05.92 para participar de um  
453. Congresso na cidade de Mainz-Alemanha e desenvolver  
454. pesquisa na Medizinische Universitt zu Lübeck-Alemanha. O  
455. COCEPE homologou o parecer favorável emitido  
456. "ad-referendum" às fls. 07 do Processo. Processo nº 23110.  
457. 001545/91-20 da Faculdade de Educação, solicitando  
458. aprovação do novo currículo do Curso de Pós-Graduação em  
459. Educação, resultante da revisão curricular desenvolvida  
460. durante o ano de 1989. O COCEPE homologou o parecer  
461. exarado por sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação,  
462. favorável às alterações propostas. Processo nº  
463. 23110.001353/91-69 do Instituto de Sociologia e Política,  
464. solicitando desdobramento da disciplina Metodologia da  
465. Pesquisa Social - 5 créditos (2T-3P) por Metodologia da  
466. Pesquisa Social I - 3 créditos (2T-1P) e Metodologia da  
467. Pesquisa Social II - 3 créditos (1T-2P). O COCEPE aprovou,  
468. por maioria de votos, o parecer favorável emitido por sua  
469. Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, quanto à alteração  
470. proposta. Verificou-se uma abstenção. Processo nº  
471. 23110.001407/91-96 da Faculdade de Odontologia,  
472. solicitando aumento da carga horária, desobrigatoriedade  
473. de monografia e inclusão de uma nova disciplina, conforme  
474. orientação do C.F.O., no Curso de Pós-Graduação a nível de  
475. Especialização em Endodontia. O COCEPE, após analisar e  
476. discutir sobre o Processo, deliberou pelo seu retorno ao  
477. Colegiado para manifestação quanto à recomendação  
478. constante do parecer da Comissão de Pesquisa e  
479. Pós-Graduação. Processo nº 23110.000257/92-11 do Professor  
480. Sebastião Peres, do Instituto de Ciências Humanas,  
481. solicitando afastamento para concluir Mestrado em História  
482. na PUC-RS, no período de 01.03.92 à 28.02.93. O COCEPE  
483. homologou o parecer favorável exarado por sua Comissão de  
484. Pesquisa e Pós-Graduação, quanto ao afastamento  
485. solicitado. Processo nº 23110.000385/92-09 do Professor  
486. João Francisco Nascimento Hobuss, do Instituto de Ciências

*ey*



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 11

Humanas, solicitando afastamento para realizar Mestrado em Filosofia na UFRGS, no período de 01.03.92 à 28.02.94. O COCEPE homologou o parecer favorável exarado por sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, quanto ao afastamento requerido. Processo nº 23110.000508/92-49 da Professora Ester Judite Bendjouya Gutierrez, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, solicitando prorrogação de afastamento para conclusão de Mestrado na UFRGS, por um ano, a partir de julho/91. Quando do relato deste Processo, foi salientado que o mesmo esteve tramitando longo tempo na Unidade, resultando em um período de afastamento a descoberto, sem prévia autorização. Após análise e discussão do Processo, o mesmo veio a ser autorizado na forma requerida com manifestação à Unidade quanto aos prejuízos que poderiam ser acarretados pela intempestividade da solicitação. À oportunidade foi também sugerido que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação proceda um estudo quanto às normas de afastamento de docentes, visando atualizá-las e torná-las mais dinâmicas. Processo nº 23110.003499/90-02 da Faculdade de Agronomia, encaminhando proposta de Regimento Interno do Curso de Pós-Graduação em Zootecnia. Após analisar e discutir sobre a proposta, o COCEPE deliberou pela devolução do Processo à FAEM para consolidação da proposta, acolhendo as sugestões constantes às fls. 20 e 21, à exceção do art. 1º que deve ser revisado, de forma a melhor definir o perfil e a identidade do Curso. Processo nº 23110.000267/92-74 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, propondo revisão curricular nas áreas de Solos, Produção Vegetal e Fitossanidade, do Curso de Mestrado em Agronomia. Após analisar e discutir sobre o Processo, o COCEPE deliberou pela homologação do parecer de sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, favorável às alterações propostas. Verificou-se uma abstenção. Foram, ainda, apreciados os seguintes processos "extra-pauta", relatados pela Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação: Processo nº 23110.000400/92-92 da Téc. Maria Cecília Loréa Leite, solicitando prorrogação para conclusão de Mestrado, por seis meses, a partir de 05.03.92. Sobre a solicitação, foi constatado que o afastamento já excedia o prazo máximo permitido pela Universidade. Todavia como a requerente justificou o atraso por problemas em sua pesquisa de campo que é desenvolvida em salas de aula em escolas da rede estadual, o que foi dificultado pela longa paralisação durante o último ano, e considerando o parecer favorável emitido pela CPPTA, o COCEPE deliberou por autorizar a prorrogação do afastamento por mais 6 (seis) meses, em caráter improrrogável. Processo nº 23110.000415/92-60 de Isabel Oliveira de Oliveira, do Instituto de Biologia solicitando afastamento para conclusão de Mestrado na UFRGS, por seis meses, a partir de 21.03.92. O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, favorável à solicitação. Processo nº 23110.000421/92-62 de Eleonora Elba Sobreiro Jaime, da Faculdade de Educação, solicitando afastamento para cursar Pós-Graduação a nível de Mestrado na PUC/RS, área de

ef



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 12

1003. Linguística Aplicada, por dois anos a partir de março/92.  
1004. O COCEPE homologou o parecer favorável de sua Comissão de  
1005. Pesquisa e Pós-Graduação, quanto ao afastamento  
1006. solicitado. *Item 7. Processos relatados pela Comissão de*  
1007. *Graduação*, tendo como relator o Professor Veríssimo.  
1008. Processo nº 23110.000368/92-81 do CAVG, encaminhando  
1009. proposta de Calendário Escolar para o ano letivo de 1992.  
1010. O COCEPE homologou o parecer exarado por sua Comissão de  
1011. Graduação, favorável à adoção do Calendário proposto,  
1012. apenas com alteração com relação aos dias 16 de abril que  
1013. será considerado letivo e 20 de abril, não letivo  
1014. acompanhando o calendário dos cursos superiores da UFPel.  
1015. Processo nº 23110.000547/92-09 da Pró-Reitoria de  
1016. Graduação e Assistência, solicitando prorrogação de prazo  
1017. para preenchimento de vagas por reopção, transferência e  
1018. portador de título. O COCEPE referendou a aprovação  
1019. "ad-referendum" constante às fls. 04 do Processo,  
1020. relativamente ao assunto. Processo nº 23110.000546/92-38  
1021. da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, solicitando  
1022. substituir a Resolução 13/89 do COCEPE que trata de  
1023. matrícula em regime especial. Ao relatar o Processo, o  
1024. Professor Veríssimo procedeu a leitura do documento que,  
1025. em sendo aprovado, passaria a vigorar com a seguinte  
1026. redação: "Artigo 1º - Alunos da Universidade Federal de  
1027. Pelotas ou de outras Instituições de Ensino Superior  
1028. poderão requerer matrícula em regime especial. § 1º -  
1029. Entende-se por matrícula em regime especial aquela  
1030. destinada a atualizar, complementar ou ampliar o campo de  
1031. conhecimento do aluno. Artigo 2º - A matrícula em regime  
1032. especial poderá ser concedida no máximo, em 6 (seis)  
1033. disciplinas, em turmas já existentes, podendo o requerente  
1034. cursar até 2 (duas) disciplinas por período letivo. Artigo  
1035. 3º - Caberá aos Colegiados de Curso, observada a  
1036. existência de vaga e, após análise do histórico escolar e  
1037. dos conteúdos programáticos, decidir se o aluno cumpre os  
1038. requisitos necessários ao adequado acompanhamento da  
1039. disciplinas solicitadas. Artigo 4º - A matrícula em regime  
1040. especial não confere direito a contagem de crédito para  
1041. integralização do currículo pleno de qualquer curso da  
1042. UFPel, garantindo apenas direito à obtenção de certificado  
1043. comprobatório. § Único - Ao aluno que ingressar  
1044. posteriormente nos Cursos da UFPel pelos mecanismos legais  
1045. (vestibular, reopção ou transferência), a critério dos  
1046. Colegiados, poderá ser garantido o reconhecimento dos  
1047. créditos realizados. Artigo 5º - A matrícula em regime  
1048. especial não confere direito aos benefícios de assistência  
1049. oferecidos pela Universidade." Após analisar e discutir  
1050. sobre o documento, o COCEPE deliberou por aprovar a  
1051. proposta encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação e  
1052. Assistência, quanto à revogação da Resolução 13/89 do  
1053. COCEPE e conseqüente edição de novo documento, conforme  
1054. minuta proposta. Nesse momento, interveio a Professora  
1055. Céres trazendo uma proposição da Faculdade de Educação  
1056. relativa à concessão de vagas para "aluno-ouvinte", à  
1057. exemplo do que ocorre na UFRGS, destinadas à professores  
1058. da rede estadual de ensino que não estejam freqüentando

ef



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 13

1959. cursos superiores e nem possuam formação universitária, de  
1960. forma a proporcionar-lhes uma gama maior de conhecimento  
1961. nas disciplinas em que atuam ou, mesmo, melhorar a sua  
1962. capacitação pedagógica. Salientou que a proposta seria  
1963. desenvolvida em carácter experimental. Em seguida,  
1964. argumentou o Professor Veríssimo dizendo da dificuldade em  
1965. receber esses professores como "alunos-ouvintes" uma vez  
1966. que a Resolução do COCEPE - 02/90 que regulamenta o  
1967. assunto estabelece que "alunos-ouvintes" são os próprios  
1968. alunos da Universidade que estejam cursando determinado  
1969. Curso e que desejem ampliar seu conhecimento como ouvinte  
1970. de outra disciplina, ou portadores de diploma de curso  
1971. superior que desejem enriquecer a sua bagagem de  
1972. conhecimentos como ouvintes de alguma disciplina  
1973. específica. Para o atendimento da proposta,  
1974. necessitaríamos revisar essa Resolução - concluiu. Outras  
1975. considerações se seguiram e, ao final, foi sugerido que o  
1976. assunto entrasse na pauta da próxima sessão para  
1977. reavaliação. Foi, ainda, apreciado o seguinte Processo  
1978. "extra-pauta": 23110.000573/92-19 da Faculdade de  
1979. Enfermagem e Obstetrícia, propondo alterações quanto à  
1980. ordenação de pré-requisitos e seqüenciamento de  
1981. disciplinas no currículo do Curso de Enfermagem e  
1982. Obstetrícia. O COCEPE deliberou favoravelmente às  
1983. modificações, as quais não implicariam em alteração  
1984. curricular, ficando pendente a definição da data de sua  
1985. implantação, a ser verificada junto ao Colegiado do Curso.  
1986. **ITEM 7. Processos relatados pela Comissão de Concursos,**  
1987. tendo como relatora a Professora Céres. Processo nº 23110.  
1988. 002733/91-75 do Conservatório de Música, solicitando  
1989. abertura de Concurso Público na área de Violoncelo. Sobre  
1990. este Processo a relatora explicou que o COCEPE já alocara  
1991. a vaga estando pendente o programa do concurso que deverá  
1992. ser revisado pela Unidade, o que até o momento não  
1993. ocorreu. Por essa razão foi o mesmo retirado de pauta.  
1994. Processo nº 23110.000147/92-12 da Faculdade de Direito,  
1995. solicitando alocação da vaga decorrente da aposentadoria  
1996. da Professora Céres Ziegler Pereira Lima na área de  
1997. Direito Penal, e conseqüente nomeação da Professora  
1998. Inezita S. da Costa, habilitada em concurso para a  
1999. referida área. O COCEPE homologou o parecer de sua  
2000. Comissão de Concursos favorável à alocação da vaga e  
2001. nomeação de candidato classificado em 2º lugar para a  
2002. citada área. À oportunidade, por sugestão da Professora  
2003. Céres, foi deliberado que Processos em relação aos quais o  
2004. COCEPE já tenha se pronunciado pela alocação de vaga em  
2005. áreas em que haja candidato concursado ou transferência em  
2006. tramitação não precisarão retornar a este Conselho para a  
2007. consolidação do Processo. Processo nº 23110.000431/92-16  
2008. da Faculdade de Direito, solicitando abertura de concurso  
2009. público na área de Teoria Geral e História do Direito, em  
2010. vaga decorrente da aposentadoria do Professor Mário  
2011. Pereira Lima. O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão  
2012. de Concursos favorável à alocação da vaga na área indicada  
2013. pela Unidade, bem como os tipos de provas, programa,  
2014. classe, regime de trabalho e requisitos para inscrição.

ef



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 14

Processo nº 23110.000535/92-11 da Faculdade de Educação, encaminhando dados para abertura de Edital de Concurso Público para Professor Titular na área de Metodologia do Ensino. O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Concursos que pronunciou-se favoravelmente aos dados indicados, a saber: disciplinas, tipos de provas, programa e requisitos para inscrição. À propósito de concurso para Professor Titular, o Professor Schlee interveio, lembrando que se absteria de votar sobre o assunto por reconhecer que tinha direito de fazer tal concurso e solicitou que constasse em ata sua disposição de, por razões de foro íntimo, não concorrer a Titular, até porque a Titular de Direito Internacional Público na UFPel é a Professora Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano. Ainda sobre o assunto - Concurso para Titular, foi questionado pelo plenário se Professores Adjuntos aposentados não portadores da titulação de Doutor ou Livre Docente poderiam submeter-se ao Concurso. A pergunta gerou posicionamentos diversos e, por fim, foi decidido por sugestão do Senhor Presidente, que seria dirigida consulta aos COCEPES de outras Universidades para saber da posição adotada a respeito. Foi, ainda, esclarecido pelo Senhor Presidente atendendo pergunta formalizada, que o Edital será aberto definindo um prazo de validade bem reduzido para o Concurso e estabelecendo que o Concurso se extingue com o preenchimento da única vaga alocada no Edital. Processo nº 23110.000536/92-84 da Faculdade de Educação, encaminhando dados para abertura de Edital de concurso público para Professor Titular na área de Psicologia da Educação. O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Concursos, favorável aos dados indicados. Processo nº 23110.002987/91-73 da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, indicando a Banca Examinadora, data, hora e local de realização do concurso público para a área de Saúde Pública. O COCEPE homologou o parecer emitido "ad-referendum" às fls. 22 do Processo, favorável à composição da Banca Examinadora, data, hora e local de realização do Concurso. Processo nº 23110.000510/92-01 da Faculdade de Direito, solicitando abertura de Concurso Público na área de Prática Forense, em vaga decorrente da aposentadoria da Professora Tânia Bellora. Por proposição da Professora Céres, o Processo foi retirado de pauta passando a ser apreciado na próxima sessão quando já estarão anexadas todas as informações necessárias à abertura do Edital. Processo nº 23110.000509/92-10 da Faculdade de Direito, solicitando abertura de Concurso Público na área de Direito Civil, em vaga decorrente da aposentadoria do Professor José Gilberto da Cunha Gastal. O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Concursos favorável à alocação da vaga na área indicada pela Unidade, bem como os tipos de provas, programa, classe, regime de trabalho e requisitos para inscrição. Processo nº 23110.000550/92-13 do Instituto de Biologia, solicitando alocação de vaga na área de Fisiologia, em decorrência da demissão da Professora Adriane Belló Klein e conseqüente aproveitamento de candidato habilitado em

ex



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 15

771. concurso para a citada área. O COCEPE homologou o parecer  
772. de sua Comissão de Concursos, favorável à alocação da vaga  
773. na área indicada pela Unidade, bem como o aproveitamento  
774. de candidato já aprovado em concurso. Processo nº  
775. 23110.000560/92-69 da Escola Superior de Educação Física,  
776. encaminhando dados para abertura de Edital de concurso  
777. para Professor Titular - área de Ginástica. O COCEPE  
778. homologou o parecer de sua Comissão de Concursos,  
779. favorável aos tipos de provas, programa, requisitos para  
780. inscrição e demais dados indicados. Processo nº  
781. 23110.003088/91-81 da Faculdade de Educação, encaminhando  
782. relação de candidatos inscritos para o concurso para  
783. Professor Auxiliar na área de Séries Iniciais -  
784. Alfabetização. O COCEPE homologou o parecer exarado por  
785. sua Comissão de Concursos, favorável à relação de  
786. candidatos inscritos para o citado concurso. Processo nº  
787. 23110.002264/91-76 da Faculdade de Medicina, encaminhando  
788. relação de candidatos inscritos para o concurso para a  
789. classe de Professor Auxiliar - área de Ginecologia e  
790. Obstetrícia. O COCEPE homologou o parecer favorável  
791. emitido pela Comissão de Concursos quanto a relação de  
792. candidatos inscritos para o citado concurso. A seguir,  
793. foram apreciados os seguintes Processos "extra-pauta",  
794. relatados pela Comissão de Concursos: Processo nº  
795. 23110.000427/92-67 do Instituto de Biologia, solicitando  
796. abertura de concurso para a classe de Professor Auxiliar -  
797. área de Genética, em vaga decorrente da aposentadoria da  
798. Professora Judith Viégas. O COCEPE homologou o parecer de  
799. sua Comissão de Concursos, favorável à alocação da vaga na  
800. área indicada pela Unidade, bem como os tipos de provas,  
801. regime de trabalho, classe, programa e requisitos para  
802. inscrição. Processo nº 23110.000396/92-17 do Instituto de  
803. Biologia, solicitando alocação da vaga decorrente da  
804. aposentadoria da Professora Maria Carmelina R. Silva na  
805. área de Histologia e conseqüente nomeação de candidato já  
806. aprovado em concurso para a referida área. O COCEPE  
807. homologou o parecer favorável de sua Comissão de Concursos  
808. quanto à alocação da vaga e aproveitamento de candidato já  
809. habilitado em concurso. Processo nº 23110.000406/92-79 da  
810. Faculdade de Agronomia, encaminhando dados para abertura  
811. de edital de concurso para a classe de Professor  
812. Assistente - área de Bovinos de Corte, Bufalinos e  
813. Caprinos. O COCEPE homologou o parecer favorável de sua  
814. Comissão de Concursos quanto à classe, regime de trabalho,  
815. tipos de provas, programa e requisitos para inscrição ao  
816. citado concurso. **Item 9. Proposta de criação do Curso de**  
817. **Matemática Computacional**, tendo como relator o Professor  
818. Veríssimo. Inicialmente, fez uso da palavra o Professor  
819. Schuch dizendo que o nome do curso constara de forma  
820. incorreta na ordem do dia em razão de o Processo não se  
821. encontrar na Secretaria dos Conselhos no momento da  
822. elaboração da convocação. Na verdade o projeto diz  
823. respeito à criação do Curso de Bacharelado em Informática,  
824. do Instituto de Física e Matemática. Em seguida o Senhor  
825. Presidente passou a palavra ao Professor Veríssimo que  
826. procedeu o detalhamento do projeto e a leitura do parecer

28



CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
- COCEPE. ATA Nº 04/92. Fls. 16

327. da Comissão de Graduação que manifestava-se pela aprovação  
328. quanto ao mérito, a par de possíveis revisões. Colocado o  
329. parecer em discussão, foram feitas diversas considerações  
330. dando conta da necessidade de revisões quanto a aspectos  
331. técnicos envolvendo necessidade de força de trabalho e de  
332. materiais, bem como a questões de natureza pedagógica. Por  
333. fim, o Senhor Presidente sugeriu que o assunto fosse  
334. incluído na pauta da próxima sessão, permitindo aos  
335. conselheiros, e especialmente ao representante da área de  
336. Ciências Exatas e Tecnologia apresentar uma análise  
337. detalhada do projeto. Para tanto, foi deliberado que seria  
338. encaminhado a cada representante de área com assento no  
339. COCEPE e ao Conselho de Informática uma cópia do Processo.  
340. Encerrado o exame da pauta, o Senhor Presidente colocou a  
341. palavra à disposição dos presentes. Como dela ninguém mais  
342. desejasse fazer uso, agradeceu o comparecimento de todos  
343. dando a sessão por encerrada. Do que, para constar, eu,  
344. Lygia Leonor Lima de Faria, Secretária dos  
345. Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, após  
346. aprovada, será igualmente assinada pelo Senhor Presidente.  
347. x.

*Schuch*

Magistério dentre os membros do referido Conselho. Antes  
com a participação dos seguintes conselheiros: Maria Isabel da Cunha, Pró-Reitora de Graduação e  
Assistência; Sérgio Roberto Martins, Pró-Reitor de  
Pesquisa e Pós-Graduação; Ceres Maria Torres Donatto,  
Representante do Conselho Universitário; Eduardo Aliguer  
Ovório, Representante da área de Ciências Agrárias; Paulo  
Domingos Miêres Caruso, Representante da área de Ciências  
Exatas e Tecnologia; Maria de Lourdes Valente Reses,  
Representante da área de Letras e Artes e José Rubens  
Silveira Azevedo, Representante da área de Ciências  
Humanas. Não compareceram os Conselheiros Eray Lafuente  
Pereira, Lusiana Luz de Lima e Tânia Maria Pereira Espino,  
a última por motivo justificado. Constatada a existência  
de quorum legal, o Senhor Presidente em exercício deu por  
aberta a sessão fazendo referência no momento inicial, à  
invasão da Fazenda da Palma, no dia anterior - 12.03.92,  
por um grupo de famílias integrante do movimento "sem  
terra". Em sua explanação o Professor Schies salientou que  
a administração da Universidade já havia mantido os  
primeiros contatos com as lideranças do grupo e que, a  
seguir, passaria a manter entendimento com autoridades do  
governo federal visando solucionar o impasse, sempre  
levando em consideração o aspecto social e político do  
problema. Em seguida, passou ao exame da pauta. Item 1.  
Ata da sessão anterior. O Senhor Presidente justificou a  
não apresentação do documento em razão do acúmulo de  
tarefas na Secretaria dos Conselhos motivado por férias do  
pessoal técnico-administrativo ali lotado. Item 2.  
Correspondência recebida. Com nada houvesse para relatar  
este item prosseguiu-se no exame da pauta. Item 3.  
Processos relatados pela Comissão de Pesquisa e  
Pós-Graduação. tendo como relator o Professor Sérgio  
Martins. Processo nº 23140.000530/92-08 do Professor  
Agostinho Mário Della Vecchia - Faculdade de Educação.